



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

DISCIPLINA: Inteligência e Segurança Pública

Polo: Florianópolis

Ementa: Aspectos históricos e conceituais da atividade de Inteligência; Segurança Pública: conceito e evolução; Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP); Fundamentos doutrinários da atividade de Inteligência; A inteligência e a investigação policial; Aspectos normativos relevantes; Controle externo da atividade policial e de inteligência.

Objetivo: Desenvolver competências relacionadas à atividade de inteligência policial e de segurança pública, em interface com a investigação policial.

Carga horária: 30h

nº de créditos: 2

Bibliografia básica:

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA, Doutrina da Atividade de Inteligência. - Brasília: Abin, 2023.

BARBOSA, Adriano Mendes. A Atividade de Inteligência de Segurança Pública. In Revista Brasileira de Ciências Policiais – RBCP / Academia Nacional de Polícia, Vol. 2, Número 1, jan-jul/2011. 133 p. (p. 11-30).

BRASIL. Lei nº 9.883/97 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9883.htm>

BRASIL. Lei nº 12.527/11, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>

BRASIL. Decreto nº 3.695/00, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3695.htm>

BRASIL. Decreto nº 4.376/02, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei no 9.883, de 7 de dezembro de



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Coordenadoria de Educação Continuada

1999, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4376.htm>

BRASIL. DECRETO Nº 8.793, DE 29 DE JUNHO DE 2016. Fixa a Política Nacional de Inteligência.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8793.htm>

BRASIL. DECRETO Nº 10.777, DE 24 DE AGOSTO DE 2021. Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10777.htm>

BRANDÃO, Priscila; Cepik, Marco. Inteligência de segurança pública: teoria e prática no controle da criminalidade. Niterói, RJ: Impetus, 2013.

CEPIK, Marco. Espionagem e Democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

COSTA, Romano José Carneiro Cunha Inteligência Policial Judiciária: Os limites doutrinários e legais na assessoria eficaz à repressão ao crime organizado. Rio de Janeiro: Brasport. 2019

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública – DNISP. 4. ed. rev. e atual. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

Nome do docente que irá ministrar a disciplina: Alexandre Gonçalves; Jackson Guasselli Pessoa.